

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção constituída pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ACP = ação civil pública; ADI = ação direta de inconstitucionalidade; ADPF = argumentação de descumprimento de preceito fundamental; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CPC = Código de Processo Civil; CTN = Código Tributário Nacional; DF = Distrito Federal; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; EIA = estudo prévio de impacto ambiental; EIV = estudo de impacto de vizinhança; IPHAN = Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; IPTU = imposto sobre a propriedade territorial urbana; ITR = imposto sobre a propriedade territorial rural; MEI = microempreendedor individual; MP = Ministério Público; MP/RR = Ministério Público do Estado de Roraima; MPF = Ministério Público Federal; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; PNAMA = Política Nacional do Meio Ambiente; RFB = Receita Federal do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TJ/RR = Tribunal de Justiça do Estado de Roraima; TRE = tribunal regional eleitoral; TSE = Tribunal Superior Eleitoral.

## PROVA OBJETIVA

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### QUESTÃO 1

De acordo com o entendimento do STF, no que se refere à inscrição de candidatos que possuam tatuagens gravadas na pele, não havendo lei que disponha sobre o tema, os editais de concursos públicos

- Ⓐ estão impedidos de restringi-la, com exceção dos casos em que essas tatuagens violem valores constitucionais.
- Ⓑ devem restringi-la com base na relação objetiva e direta entre tatuagem e conduta atentatória à moral e aos bons costumes.
- Ⓒ estão impedidos de restringi-la, para garantir o pleno e livre exercício da função pública.
- Ⓓ devem restringi-la, quando se tratar de cargo efetivo da polícia militar.

#### QUESTÃO 2

Determinado estado da Federação pretende propor a celebração de parceria com uma organização da sociedade civil na área de preservação do meio ambiente, visando à consecução de interesse público e recíproco. Tal parceria envolverá o repasse de recursos financeiros do estado para a organização.

Nessa situação, deverá ser firmado o instrumento denominado

- Ⓐ termo de parceria, realizado mediante prévio chamamento público.
- Ⓑ termo de colaboração, realizado mediante prévio chamamento público.
- Ⓒ convênio, que dependerá de prévia licitação.
- Ⓓ acordo de cooperação, que prescinde de licitação.

#### QUESTÃO 3

Decreto de um governador estadual estabeleceu que determinado tema fosse regulamentado mediante portaria conjunta das secretarias estaduais A e B. Um ano depois de editada a portaria conjunta, nova portaria, editada apenas pela secretaria A, revogou a portaria inicial.

Nessa situação, considerando-se o entendimento do STJ,

- I a segunda portaria não poderia gerar efeitos revocatórios.
- II a revogação de ato complexo, ou seja, ato formado pela manifestação de dois ou mais órgãos, demanda a edição de ato igualmente complexo; vale dizer, formado pela manifestação dos mesmos órgãos subscritores do ato a ser revogado.

A respeito das asserções I e II, assinale a opção correta.

- Ⓐ A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- Ⓑ As asserções I e II são falsas.
- Ⓒ As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- Ⓓ As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**QUESTÃO 4**

Com referência ao controle exercido pela administração pública, julgue os seguintes itens.

- I Segundo o STJ, o acesso do MP a informações inseridas em procedimentos disciplinares em tramitação conduzidos pela OAB depende de prévia autorização judicial.
- II Segundo o STJ, o controle externo da atividade policial exercido pelo MP não lhe garante o acesso irrestrito a todos os relatórios de inteligência produzidos pela polícia, mas somente àqueles de natureza persecutório-penal relacionados com a atividade de investigação criminal.
- III Diante de razões de legalidade e de mérito, cabe recurso de decisões administrativas, o qual deverá ser dirigido à autoridade superior àquela que tiver proferido a decisão.
- IV Em se tratando de ação popular, o MP deverá acompanhar a ação, sendo-lhe facultado assumir a defesa de ato que eventualmente seja impugnado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.

**QUESTÃO 5**

Após a captura em flagrante de um homem, policiais o detiveram na delegacia, onde o torturaram na tentativa de obter dele a confissão da prática de determinado crime. O MP ajuizou ação de improbidade administrativa contra esses policiais.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do STJ, a conduta dos policiais

- A** não configurou ato de improbidade administrativa, que se caracteriza como ato imoral com feição de corrupção de natureza econômica, conduta inexistente no tipo penal de tortura.
- B** configurou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- C** configurou ato de improbidade administrativa, pois a tortura é expressamente prevista no rol de condutas ímprobas na Lei de Improbidade Administrativa.
- D** não configurou ato de improbidade administrativa, que pressupõe lesão direta à própria administração, e não a terceiros.

**QUESTÃO 6**

Com referência aos crimes, às penas e ao processo judicial previstos na Lei de Licitações e Contratos, julgue os seguintes itens.

- I Dispensa de licitação em situação estranha às hipóteses taxativas previstas em lei constitui crime passível de punição com pena de detenção e multa fixada na sentença a ser revertida à fazenda federal, distrital, estadual ou municipal, conforme o caso.
- II Em casos de crimes previstos na lei em apreço, a ação penal é pública incondicionada e a sua promoção cabe ao MP.
- III Em relação aos crimes previstos na lei em questão, não será admitida ação penal privada subsidiária da pública.
- IV Quando os autores dos crimes previstos na referida lei forem ocupantes de cargo em comissão ou exercerem função de confiança em órgão da administração pública direta ou indireta, a pena imposta será acrescida da terça parte.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens III e IV estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 7**

Concluído determinado processo de desapropriação, com o pagamento integral do valor e a incorporação do bem ao patrimônio do poder público, este decidiu devolver o bem expropriado ao antigo dono, por não lhe ter sido atribuída a destinação prevista no decreto expropriatório nem qualquer outra destinação pública.

Essa reversão do procedimento expropriatório é denominada

- A** tredestinação lícita.
- B** desapropriação indireta.
- C** desistência da desapropriação.
- D** retrocessão.

**QUESTÃO 8**

Considerando o entendimento do STJ, julgue as asserções seguintes.

- I É ilegal cobrar de concessionária de serviço público taxas pelo uso de solo, subsolo ou espaço aéreo.
- II A utilização do uso de bem público por concessionária de serviço público para a instalação de, por exemplo, postes, dutos ou linhas de transmissão será revertida em benefício para a sociedade.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são falsas.
- B** As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C** As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- D** A asserção I é falsa, mas a II é verdadeira.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 9

Nos últimos séculos, em muitos países, várias concepções de Constituição foram elaboradas por diversos teóricos, muitas delas contraditórias entre si, o que torna o próprio conceito de Constituição essencialmente contestável.

Com relação às teorias da Constituição, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com a teoria substantiva de Ronald Dworkin, os princípios constitucionais são mandados de otimização que devem ser ponderados no caso concreto.
- Ⓑ Para Carl Schmitt, Constituição não se confunde com leis constitucionais: o texto constitucional pode eventualmente colidir com a decisão política fundamental, que seria a Constituição propriamente dita.
- Ⓒ Para Konrad Hesse, a Constituição, para ser efetiva, deve corresponder à soma dos fatores reais de poder.
- Ⓓ Segundo a teoria pura de Kelsen, a interpretação de uma Constituição deve fundamentar-se essencialmente na intenção daqueles que escreveram originalmente o texto.

### QUESTÃO 10

Um dos grandes desafios do constitucionalismo contemporâneo é promover a transformação social sem abrir mão da segurança jurídica. Nesse contexto, a CF, ao mesmo tempo em que incentiva a justiça social e a redistribuição de renda, protege o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

Acerca desse assunto, assinale a opção correta conforme entendimento do STF e a legislação pertinente.

- Ⓐ Normas que tratem de regime monetário, quando forem inseridas em contratos particulares, não serão atingidas por leis posteriores que disponham de maneira diversa.
- Ⓑ Servidor concursado aprovado em estágio probatório passa a ter direito adquirido ao regime jurídico remuneratório vigente no dia em que tiver completado os requisitos de sua aprovação.
- Ⓒ Uma lei nova possui eficácia retroativa mínima quando altera os efeitos jurídicos de um ato jurídico ocorridos no passado.
- Ⓓ Embora produza efeitos contra todos e tenha eficácia vinculante, a declaração de inconstitucionalidade em ação direta não desconstitui, automaticamente, as sentenças das ações individuais transitadas em julgado em sentido contrário.

### QUESTÃO 11

Se um município de determinado estado da Federação editasse lei que restringisse a competência investigativa do MP ao âmbito daquele estado, e se, em consequência, os membros do *parquet* resolvessem questionar a lei em sede de controle concentrado, então, nesse caso hipotético, seria cabível

- Ⓐ o procurador-geral da República ajuizar intervenção federal no STF, alegando violação a princípio constitucional sensível.
- Ⓑ o governador do estado ajuizar ADI no STF, alegando violação à CF.
- Ⓒ a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público propor ADPF no STF, alegando violação de prerrogativas constitucionais do MP pela lei municipal.
- Ⓓ o procurador-geral de justiça ajuizar representação de inconstitucionalidade no âmbito do tribunal de justiça estadual, alegando violação à CF.

### QUESTÃO 12

Considerando que a liberdade de expressão é uma importante garantia fundamental protegida pela CF em seu artigo 5.º, inciso IV, julgue os itens a seguir.

- I Segundo entendimento do STF, a CF permite a manifestação pública pela descriminalização de determinados tipos penais sem que se configure apologia ao crime.
- II A liberdade de expressão protege discursos racistas e antissemitas, desde que eles não incitem a violência, de acordo com entendimento do STF.
- III Lei que proíba manifestações anônimas deverá ser declarada inconstitucional por violação à liberdade de expressão.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

### QUESTÃO 13

Tendo em vista que, em grande medida, o sistema de controle de constitucionalidade norte-americano serviu de inspiração inicial ao modelo brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Depois do caso **Marbury versus Madison**, estabeleceu-se que a Suprema Corte norte-americana é o único órgão judicial competente para apreciar a inconstitucionalidade de leis.
- Ⓑ O modelo norte-americano de controle de constitucionalidade é classificado em concreto, incidental e preventivo.
- Ⓒ A Constituição norte-americana prevê expressamente ser competência do Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade de leis.
- Ⓓ Para o relator do caso norte-americano conhecido como **Marbury versus Madison**, lei incompatível com a Constituição deve ser considerada nula.

### QUESTÃO 14

Assinale a opção correta acerca da legitimidade para propositura de ADI de acordo com a jurisprudência do STF.

- Ⓐ É vedado ao presidente da República ajuizar ADI contra lei que tenha sido por ele sancionada.
- Ⓑ Pelo princípio da simetria, as Constituições estaduais devem prever a legitimidade dos partidos políticos com representação na respectiva assembleia legislativa para a deflagração do controle abstrato de constitucionalidade em âmbito estadual.
- Ⓒ O STF admite a propositura de ADI por entidades de classe de âmbito nacional híbridas, formadas pela reunião de múltiplas associações estaduais.
- Ⓓ Governador de estado somente pode ajuizar ADI no STF contra leis de seu próprio estado.

**QUESTÃO 15**

A respeito do processo legislativo no âmbito estadual, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os estados possuem competência residual para a criação de tributos não previstos na CF.
- Ⓑ Emenda a Constituição estadual proposta por parlamentar em matéria cuja iniciativa de lei seja reservada ao chefe do Poder Executivo padecerá de vício de inconstitucionalidade formal.
- Ⓒ As Constituições estaduais podem dispor sobre regime jurídico dos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista estaduais.
- Ⓓ As Constituições estaduais definem os casos em que crimes praticados por governadores devam ser caracterizados como crimes de responsabilidade, além de estabelecer as normas de processo e julgamento pertinentes.

**QUESTÃO 16**

A respeito do poder constituinte, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível a realização de controle de constitucionalidade das normas constitucionais originárias em razão de princípios de justiça substantiva subjacentes ao texto constitucional.
- Ⓑ Propostas de emenda à CF não podem sofrer controle de constitucionalidade preventivo em razão de seu conteúdo.
- Ⓒ Uma nova Constituição não pode ter eficácia retroativa média e máxima, ainda que assim nela esteja expresso.
- Ⓓ O poder constituinte originário pode limitar os proventos de aposentadoria que sejam percebidos em desacordo com a CF, não sendo oponível, nesse caso, a alegação de direito adquirido.

**DIREITO CIVIL****QUESTÃO 17**

Tendo em vista que o surgimento de novos tipos de estruturas familiares demanda do direito civil uma revisão constante do conceito de família, julgue os itens a seguir.

- I A guarda compartilhada implica igualdade de tempo de convívio da criança com cada um de seus genitores, a fim de evitar ofensa ao princípio da igualdade.
- II O direito de obter, judicialmente, a fixação de pensão alimentícia não prescreve; no entanto, há prazo prescricional para a execução de valores inadimplidos correspondentes ao pagamento da pensão.
- III O reconhecimento de união estável homoafetiva acarreta aos seus partícipes os mesmos direitos garantidos aos componentes de união estável heterossexual.
- IV Os avós detêm o direito de pleitear a regulamentação de visita aos netos, a qual poderá ser viabilizada desde que observados os interesses da criança ou do adolescente.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 18**

Pedro reside com a sua família, por mais de quinze anos, sem interrupção nem oposição, em um imóvel, de trezentos metros quadrados, de propriedade de João. Mesmo sem comprovar boa-fé quanto à posse, Pedro ajuizou ação por meio da qual pleiteia que seja julgado procedente seu pedido de propriedade do imóvel.

Nessa situação hipotética, observa-se um caso de usucapião

- Ⓐ pró-família.
- Ⓑ habitacional.
- Ⓒ extraordinária.
- Ⓓ pró-labore.

**QUESTÃO 19**

Com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, realizaram-se, no texto do Código Civil, alterações relativas à capacidade civil que revolucionaram a teoria das incapacidades.

Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Deixou de ser hipótese de nulidade casamento contraído por enfermo mental que não possua o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- Ⓑ O referido estatuto ab-rogou determinados artigos do Código Civil.
- Ⓒ No que se refere à capacidade, no Código Civil, passou-se a valorizar a dignidade-vulnerabilidade para atender disposições internacionais relacionadas ao tema.
- Ⓓ Mesmo diante de incapacidade absoluta, a curatela abrange somente atos relacionados a direitos de natureza patrimonial.

**QUESTÃO 20**

Se, em cumprimento a cláusula de uma relação contratual, uma das partes adota determinado comportamento e, tempos depois, ainda sob a vigência da referida relação, passa a adotar comportamento contraditório relativamente àquele inicialmente adotado, tem-se, nesse caso, um exemplo do que a doutrina civilista denomina

- Ⓐ *exceptio doli*.
- Ⓑ *supressio*.
- Ⓒ *surrectio*.
- Ⓓ *venire contra factum proprium*.

**QUESTÃO 21**

João e Maria são credores dos devedores solidários André e Carla. Na data acordada para o pagamento da obrigação, André compareceu com o valor pactuado e o entregou integralmente a Maria.

A respeito dessa situação hipotética, julgue as asserções a seguir.

- I Como André e Carla são devedores solidários de João e Maria, o fato de André ter pagado a Maria a integralidade da obrigação contraída fez que ele passasse a ser credor de Carla, mas continuasse a ser devedor de João.
- II A solidariedade entre os devedores prevê que André pode cobrar de Carla o valor referente à parte dela pago a Maria. No entanto, a solidariedade entre devedores não se estende aos credores, ou seja, como a solidariedade não se presume, André continua sendo devedor de João.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ A asserção I é falsa e a II é verdadeira.
- Ⓑ As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- Ⓒ As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- Ⓓ A asserção I é verdadeira e a II é falsa.

**QUESTÃO 22**

Para a instituição de uma fundação, que é um tipo de pessoa jurídica, é necessário que o instituidor, por meio de escritura pública ou por testamento, faça a dotação especial de bens livres bem como especifique o fim a que a fundação se destina. Nesse sentido, de acordo com as delimitações insertas no Código Civil, uma fundação poderá constituir-se para

- I fins de assistência social, para a promoção de cultura, para a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico, bem como para a realização de atividades religiosas.
- II a promoção de educação, de saúde, de segurança alimentar e nutricional, para a realização de pesquisa científica, para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, para a modernização de sistemas de gestão, para a produção e a divulgação de informações e para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos e científicos.
- III fins de defesa, de preservação e de conservação do meio ambiente, para a promoção do desenvolvimento sustentável bem como para a promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 23**

Com referência ao Estatuto do Idoso e suas alterações, julgue os seguintes itens, relativos às competências do MP no tocante a feitos que envolvam a proteção ao idoso.

- I Compete ao MP a instauração de inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso.
- II Cabe ao MP promover e acompanhar ações de alimentos, de interdição, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida, bem como oficiar em todos os feitos nos quais estejam sendo discutidos os direitos de idosos em condições de risco.
- III A atuação do *parquet* como substituto processual do idoso em situação de risco encontra-se prevista de forma expressa na legislação infraconstitucional nos casos em que, no âmbito do Estatuto do Idoso, direitos reconhecidos forem ameaçados ou violados.
- IV A possibilidade de requisitar força policial bem como de solicitar a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social públicos para o desempenho de suas atribuições é inerente à atividade específica do MP como protetor dos idosos em situação de risco.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 24**

Com relação ao direito sucessório e suas implicações, julgue os itens a seguir.

- I Herança corresponde ao conjunto de bens deixado pelo falecido e engloba tanto os bens positivos quanto os bens negativos.
- II Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos, contados a partir da data do seu falecimento.
- III Na hipótese de doação de imóvel de ascendente a descendente, quando do falecimento daquele, o bem deverá, em regra, ser trazido à colação, sob pena de ser considerado bem sonegado.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****QUESTÃO 25**

Julgue os itens a seguir, referentes à tutela coletiva.

- I Se ACP for ajuizada em comarca diversa daquela em que tiver ocorrido o dano, o juízo deverá declinar, de ofício, de sua competência.
- II Ressalvada a hipótese de má-fé, o sindicato que propuser ACP não precisará adiantar custas, emolumentos ou honorários periciais nem será condenado em honorários advocatícios ou despesas processuais.
- III As associações precisam de autorização especial para propor ACP ou mandado de segurança coletivo na defesa de interesses de seus associados.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 26**

A respeito dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, assinale a opção correta.

- A Na ação de interdição, o laudo médico de incapacidade deverá ser apresentado após o saneamento do processo e somente no caso de o juiz considerar que a alegação de incapacidade precise de comprovação.
- B O requerente deverá valer-se: da notificação, quando pretender que alguém faça ou deixe de fazer algo que afete seu direito; da interpelação, caso deseje informar uma pessoa que com ele possua relação jurídica acerca de seu propósito sobre assunto juridicamente relevante.
- C No divórcio consensual, não havendo acordo entre os cônjuges sobre a partilha dos bens, esta será realizada apenas após a homologação do divórcio pelo juiz.
- D O terceiro que for mero detentor do testamento particular será considerado parte ilegítima para requerer ao juízo a publicação do testamento, por não possuir a condição de herdeiro, legatário ou testamenteiro.

**QUESTÃO 27**

De acordo com expressa previsão do CPC, o fenômeno processual denominado estabilização da tutela provisória de urgência aplica-se apenas à tutela

- A cautelar, requerida em caráter antecedente.
- B antecipada, incidental ou antecedente.
- C cautelar, incidental ou antecedente.
- D antecipada, requerida em caráter antecedente.

**QUESTÃO 28**

De acordo com a jurisprudência do STJ, ao atuar como exequente em processo judicial, o MP poderá, legitimamente, requerer a penhora

- A de único imóvel pertencente a pessoa solteira, divorciada ou viúva, pois, nessas hipóteses, não existe a proteção familiar dada pela legislação.
- B de quantia existente em caderneta de poupança, ou outra aplicação financeira, seja qual for o valor depositado em instituição bancária.
- C de único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, mesmo que a renda obtida com a locação seja revertida para a moradia da família do executado.
- D de faturamento de sociedade empresária, se for comprovada a inexistência de outros bens passíveis de penhora, desde que o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial.

**QUESTÃO 29**

Assinale a opção correta acerca da participação do MP no processo civil.

- A O CPC determina que, nos procedimentos das ações de família, a intervenção ministerial como fiscal da ordem jurídica somente seja exigida se houver interesse de incapaz, caso em que o MP será ouvido antes da eventual homologação de acordo.
- B Ao atuar como fiscal da ordem jurídica, o MP fica impedido de arguir incompetência relativa, uma vez que essa matéria é de interesse exclusivo das partes.
- C O MP deverá manifestar-se como fiscal da ordem jurídica em todo conflito de competência que tramite nos tribunais, exceto naqueles conflitos suscitados pelo próprio MP, pois, nestes, ele terá a qualidade de parte no incidente.
- D Perícias requeridas pelo MP, nos casos em que este atue como parte ou fiscal da ordem jurídica, não serão realizadas por entidades públicas e deverão ser pagas de forma adiantada pela fazenda pública a que o MP esteja vinculado.

**QUESTÃO 30**

O espólio de Carlos, representado por inventariante dativo, ajuizou, pelo procedimento comum, demanda para cobrar dívida no valor de R\$ 50.000 de um particular.

Nessa situação hipotética,

- A o inventariante possui plenos poderes para realizar transação judicial na ação de cobrança, sendo dispensada a manifestação dos sucessores para essa finalidade.
- B será obrigatória a intervenção do MP na ação de cobrança, independentemente da condição dos sucessores ou dos interessados.
- C a lei dispensa a presença de todos os sucessores no polo ativo da ação de cobrança, mas eles deverão ser intimados a respeito da propositura da ação.
- D a ação de cobrança deverá tramitar na mesma comarca em que corra o inventário de Carlos, uma vez que o foro de domicílio do autor da herança é o competente para todas as ações das quais o espólio seja parte.

**QUESTÃO 31**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção em que a assertiva está correta de acordo com a legislação processual civil.

- A** Ao se manifestar sobre recurso de apelação interposto contra sentença de mérito prolatada após a instrução probatória, o magistrado, em primeiro grau, não conheceu do recurso por considerar ausência de interesse. Nessa situação, caberá reclamação constitucional por usurpação de competência do tribunal.
- B** Em outubro de 2016, um cidadão interpôs recurso especial e, no STJ, verificou-se que o recorrente não havia recolhido a importância das despesas de remessa e retorno dos autos. Nessa situação, o STJ não deverá conhecer do recurso pois, não tendo a parte comprovado o pagamento das guias de porte de remessa e retorno, aplica-se automaticamente a pena de deserção.
- C** Em convenção processual, as partes acordaram quanto à possibilidade de interposição de recurso contra todos os despachos proferidos no processo. Nessa situação, se a convenção tiver decorrido da livre manifestação das partes, será legítima a criação de nova espécie recursal, porque a legislação processual admite os negócios processuais atípicos.
- D** A parte autora interpôs embargos de declaração de sentença de improcedência sob a alegação de obscuridade na fundamentação, e a de que isso dificultará a interposição de futuro recurso para o tribunal. Nessa situação, o juiz deverá intimar o embargado para manifestar-se sobre os embargos opostos porque essa providência decorre de determinação normativa e independe da finalidade do embargante.

**QUESTÃO 32**

Julgue os itens a seguir, a respeito de provas, revelia, sentença e coisa julgada.

- I Nos casos em que a causa possa ser resolvida por autocomposição, as partes, se plenamente capazes, poderão consensualmente escolher o perito, antecipando-se à nomeação deste pelo juiz.
- II No procedimento comum, a ausência do réu, sem justificativa, à audiência de conciliação ou mediação caracteriza a confissão ficta quanto à veracidade dos fatos alegados pelo autor na inicial.
- III É inadmissível ação rescisória diante de decisão transitada em julgado que não seja de mérito.
- IV Nas hipóteses em que a sentença se sujeite à remessa necessária, caso seja interposta apelação total pelo ente público vencido, o juiz estará dispensado de proceder à formalização do duplo grau obrigatório.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.

**DIREITO PENAL****QUESTÃO 33**

Em uma aldeia indígena, um índio cometeu homicídio contra outro índio e, por tal fato, ele foi julgado e condenado por conselho dessa aldeia, razão por que, atualmente, se encontra cumprindo a pena que lhe foi imposta.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz do entendimento do TJ/RR.

- A** A punição do índio homicida pelo direito brasileiro é vedada em razão da exclusividade de punição dele pela tribo, uma vez que o fato tem como autor e como vítima índios e ocorreu no território da tribo, a quem pertence, portanto, o *jus puniendi*.
- B** A punição do índio homicida pelo direito brasileiro é possível devido ao monopólio do poder de punir do Estado e, consequentemente, da exclusividade da ação penal de iniciativa pública incondicionada por parte do MP.
- C** Em razão do princípio do *ne bis in idem* e de a CF reconhecer aos índios sua organização social, a punição pela tribo é legítima e é impossível a punição do índio homicida pelo direito penal brasileiro.
- D** Devido à independência dos órgãos julgadores e da inexistência de jurisdição legal pela tribo em questão, é possível a punição do índio homicida pelo direito penal brasileiro.

**QUESTÃO 34**

Tendo em vista que a violência doméstica contra a mulher ainda é um problema social grave no Brasil, apesar da sua redução com o advento da Lei Maria da Penha, assinale a opção correta com relação aos crimes advindos da prática de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.

- A** O feminicídio, homicídio praticado contra a mulher em razão do seu sexo, consiste na violência doméstica e familiar ou no menosprezo ou discriminação à condição de mulher, com hipóteses de aumento de pena por circunstâncias fáticas específicas.
- B** O processamento de crimes praticados em situação de violência doméstica se dá por meio de ação penal de iniciativa pública incondicionada, segundo entendimento do STF.
- C** O crime de estupro é processado por meio de ação penal de iniciativa pública condicionada à representação, da qual a vítima pode retratar-se mesmo após o oferecimento da denúncia.
- D** Os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente elencados na Lei Maria da Penha.

**QUESTÃO 35**

Em determinado município, por volta das vinte e três horas do dia 14/4/2017, João invadiu a fazenda X e, depois de romper o arame farpado da cerca do pasto, subtraiu quinze cabeças de gado, que foram avaliadas em R\$ 30.000. No dia seguinte, Pedro, proprietário da fazenda, descobriu que João foi o autor do fato e planejou matá-lo. Dois dias depois, Pedro executou seu plano: João foi encontrado morto, com as mãos e os pés amarrados, tendo sido a causa da morte asfixia por um saco plástico amarrado à sua cabeça.

Nessa situação hipotética,

- A** se, por engano, Pedro tivesse matado um irmão gêmeo de João em lugar deste, tal conduta se classificaria como homicídio qualificado pela asfixia e impossibilidade de defesa da vítima com erro na execução, e a vingança não seria, de modo automático, qualificadora de motivo fútil, porque depende do caso concreto para sua configuração, na forma da jurisprudência do STF.
- B** a conduta de João foi atípica porque gado não é previsto penalmente como coisa alheia móvel que tenha valor econômico, e a conduta de Pedro tipificou homicídio qualificado pela impossibilidade de defesa e sofrimento da vítima.
- C** se, por engano, Pedro tivesse matado um irmão gêmeo de João em lugar deste, tal conduta se classificaria como homicídio qualificado pela asfixia, pela impossibilidade de defesa da vítima, com qualificadora de motivo torpe, pela vingança, com resultado diverso do pretendido.
- D** a conduta de João se classifica como furto simples, e a de Pedro, como homicídio qualificado pela vingança.

**QUESTÃO 36**

Constitui requisito para a configuração do estado de necessidade

- A** o uso moderado dos meios necessários para repelir agressão atual a direito seu ou de outrem.
- B** a prática de ato que o agente não tenha provocado por vontade própria, nem poderia de outro modo tê-lo evitado, para salvar de perigo atual direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- C** o uso moderado dos meios necessários para repelir injusta agressão atual ou iminente a direito seu ou de outrem.
- D** a prática de ato para salvar de perigo atual ou iminente, que tenha provocado ou não por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

**QUESTÃO 37**

No direito penal, o princípio da

- A** fragmentariedade informa que o direito penal é autônomo e cuida das condutas tidas por ilícitas penalmente, sendo aplicável a lei penal independentemente da solução do problema por outros ramos do direito.
- B** irretroatividade da lei se aplica absolutamente.
- C** insignificância, segundo o entendimento do STF, pressupõe apenas três requisitos para a sua configuração: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social e reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.
- D** proporcionalidade fundamenta a declaração de inconstitucionalidade de parte do art. 44 da Lei Antidrogas, que veda a concessão de liberdade provisória em crimes relacionados às drogas.

**QUESTÃO 38**

De acordo com o entendimento do STF a respeito de assuntos afetos ao direito penal, assinale a opção correta.

- A** No latrocínio — roubo seguido de morte —, responderá apenas pelo roubo o autor que não estiver fisicamente no ambiente em que ocorrer a morte, por não provocá-la diretamente e por sua participação ser considerada de menor importância.
- B** É hediondo o tráfico privilegiado de drogas, ainda que sujeito à redução de pena, conforme disposições da Lei Antidrogas, razão por que seu autor tem de atender a requisitos mais severos para o livramento condicional, não lhe sendo permitida a progressão de regime.
- C** O inadimplemento da pena de multa imposta ao sentenciado impede a sua progressão de regime, salvo se ele comprovar absoluta impossibilidade econômica.
- D** À prática clandestina de atividade de telecomunicação consistente em manutenção de rádio comunitária não se aplica o princípio da insignificância, independentemente do grau de interferência do sinal e mesmo que presente a boa-fé do infrator.

**QUESTÃO 39**

Assinale a opção correta a respeito da dosimetria da pena segundo o entendimento do STJ.

- A** É possível a aplicação de pena inferior à mínima na segunda fase da dosimetria da pena.
- B** Apenas a confissão qualificada se impõe a incidência de atenuante na segunda fase da dosimetria da pena.
- C** Natureza e quantidade de droga não podem ser utilizadas, concomitantemente, na primeira e na terceira fase da dosimetria da pena, sob pena de *bis in idem*.
- D** Não se admite compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

**QUESTÃO 40**

Tendo em vista que o consumo de drogas ilícitas é um problema de saúde pública e o seu tráfico, um problema de segurança pública, assinale a opção correta em relação aos crimes e às penas previstos na Lei Antidrogas.

- A** Nem todas as condutas referentes aos crimes de tráfico de substâncias entorpecentes descritas em normativos anteriores foram recepcionadas pela nova Lei Antidrogas, razão pela qual há de se falar em *abolitio criminis*.
- B** A materialidade delitiva da posse de drogas para consumo próprio dispensa o laudo de constatação da substância entorpecente que evidencie a natureza e a quantidade apreendida.
- C** A condenação simultânea nos crimes de tráfico e associação para o tráfico não afasta a incidência da causa especial de diminuição da pena prevista na Lei Antidrogas, uma vez que sejam cumpridos todos os requisitos legais estabelecidos.
- D** Configura transnacionalidade do tráfico de drogas a simples comprovação de que a substância tem como destino ou origem outro país, pouco importando a efetiva transposição de fronteiras.



**DIREITO PROCESSUAL PENAL****QUESTÃO 41**

A Polícia Civil, em uma operação de combate ao tráfico de drogas, prendeu Adelmo em flagrante. Durante a operação, na residência do indiciado, apreendeu-se, além de grande quantidade de cocaína, um *smartphone* que continha toda a movimentação negocial de Adelmo e seus clientes, o que confirmava o tráfico e toda a estrutura da organização criminosa.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se não tiver havido mandado judicial para adentrar a residência de Adelmo, isso tornará ilegal tanto a prisão dele quanto todas as apreensões realizadas.
- Ⓑ Se a prisão em flagrante tiver sido precedida de mandado de busca e apreensão do *smartphone* de Adelmo, então, ainda que não haja, no referido mandado, a previsão de quebra do sigilo de dados, não haverá qualquer ilegalidade no acesso às informações contidas no referido aparelho.
- Ⓒ Para o acesso aos dados contidos no *smartphone*, exige-se mandado judicial autorizativo, nos moldes da Lei n.º 9.296/1996 (interceptação telefônica), já que há expressa proteção constitucional quanto a essa matéria.
- Ⓓ Tendo a apreensão do *smartphone* ocorrido mediante flagrante delito, a Polícia Civil pode acessar os dados nele inseridos sem a necessidade de autorização judicial.

**QUESTÃO 42**

A prisão preventiva é a prisão cautelar por excelência. A respeito dessa modalidade de prisão, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz, ao verificar que a ré presa preventivamente possui filho menor de doze anos de idade incompletos deverá, de pronto, conceder a ela prisão domiciliar, pois esse é um requisito objetivo para a obtenção do benefício.
- Ⓑ A prisão preventiva pode ser decretada na hipótese de descumprimento injustificado de medida cautelarmente imposta, mesmo que o indivíduo não reincidente tenha praticado crime cuja pena máxima seja de quatro anos, à exceção dos casos de violência doméstica.
- Ⓒ De acordo com entendimento do STJ, atos infracionais não podem ser usados como fundamento para a decretação da prisão preventiva.
- Ⓓ Segundo o STF, a prisão decretada quando, pela interposição de recurso, estiver pendente o trânsito em julgado do acórdão condenatório é similar à prisão preventiva.

**QUESTÃO 43**

O não cumprimento de procedimento previsto em lei pode gerar múltiplas nulidades, além de ofensas ao devido processo legal. A respeito desse assunto, assinale a opção correta de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ A oitiva de policiais de forma antecipada, sob a alegação de que a atuação frequente em situações semelhantes leva ao esquecimento de fatos específicos, não configura constrangimento ilegal.
- Ⓑ O acesso do MP a recibos e comprovantes de depósitos bancários entregues espontaneamente pela ex-companheira do investigado, que tiverem sido voluntariamente deixados sob a guarda dela pelo próprio investigado, é considerado meio de prova nulo.
- Ⓒ A gravação ambiental realizada por um dos interlocutores, sem o consentimento do outro e sem prévia autorização judicial, é ilícita e, por isso, acarreta nulidade da prova.
- Ⓓ A técnica de depoimento sem dano nos crimes sexuais contra criança e adolescente configura-se vedada no ordenamento brasileiro, por trazer cerceamento de defesa, devido ao fato de o defensor não poder fazer a inquirição direta da testemunha.

**QUESTÃO 44**

Com relação às sentenças e aos recursos em geral, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STJ.

- Ⓐ Cabe apelação da decisão que determinar medida assecuratória com o objetivo de reparar dano decorrente da infração penal, a fim de liberar parcialmente os bens constritos.
- Ⓑ Interposto recurso de apelação pelo MP contra sentença de absolvição sumária, pode o tribunal de justiça analisar o mérito e condenar o acusado, em razão do efeito devolutivo do recurso.
- Ⓒ Em recurso exclusivo da defesa, pode o tribunal agravar a pena quando reconhecer equívoco aritmético ocorrido no somatório das penas aplicadas, por se tratar de erro material.
- Ⓓ O juiz criminal só pode estipular a reparação de danos materiais sofridos pela vítima, não podendo determinar a compensação de danos morais, que deverão ser estipulados em procedimento próprio na vara cível.

**QUESTÃO 45**

O arquivamento do inquérito policial é uma das formas de ele ser encerrado. Acerca desse assunto, assinale a opção correta de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ O arquivamento por atipicidade faz coisa julgada formal, motivo pelo qual permite a reabertura da investigação caso surjam novas evidências da tipicidade delitiva.
- Ⓑ A jurisprudência dos tribunais superiores admite o arquivamento implícito, quando o promotor de justiça deixa de denunciar réu indiciado em inquérito policial.
- Ⓒ É inepta a denúncia oferecida por promotor de justiça que impute a prática de crime culposo ao indiciado cometido na direção de veículo automotor sem descrever, de forma clara e precisa, a conduta; assim, não será válida a mera citação de que o autor do fato estava na direção do veículo no momento do acidente.
- Ⓓ A vítima ou seus representantes legais têm direito líquido e certo para impetrar mandado de segurança contra arquivamento oferecido por membro do MP.

**QUESTÃO 46**

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos processos em espécie.

- A A ameaça sofrida pela mulher no contexto doméstico é crime de natureza pública incondicionada.
- B Caberá transação penal de contravenção penal praticada contra a mulher no contexto doméstico.
- C O descumprimento de medida protetiva de urgência não configura o crime de desobediência.
- D Caberá suspensão condicional do processo em denúncia oferecida contra o marido que, no ambiente doméstico, causar lesões corporais à esposa.

**QUESTÃO 47**

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito do MP como parte atuante e fundamental no tribunal do júri.

- A Tem-se nulidade no caso de o oficial de justiça não entregar ao acusado o termo de recurso no momento da intimação da decisão de pronúncia.
- B Em razão do princípio da soberania dos veredictos, previsto na CF, revisão criminal de decisão proferida por tribunal do júri poderá apenas anular a sentença atacada, devendo um novo júri decidir a questão.
- C O direito às recusas imotivadas de jurados é garantido em relação a cada um dos réus, mesmo no caso de os vários réus terem um mesmo defensor.
- D A simples leitura da pronúncia conduz, por si só, à nulidade do julgamento.

**QUESTÃO 48**

Acerca do processo de execução, assinale a opção correta de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- A Em razão da vedação constitucional de imposição de pena de trabalhos forçados, a recusa injustificada de apenado a trabalho interno não constitui falta grave.
- B O apenado que deva cumprir pena em regime aberto não poderá fazê-lo em prisão domiciliar, mesmo que não haja casa de albergado na localidade.
- C Segundo o princípio da não culpabilidade, reconhecida falta grave decorrente do cometimento de crime doloso, o cumprimento da pena só se dará com o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- D O condenado terá direito a remir o tempo efetivamente trabalhado em domingos e feriados, mesmo que ainda não tenha a efetiva autorização do juízo ou da direção do estabelecimento prisional para esse labor.

**DIREITO TRIBUTÁRIO****QUESTÃO 49**

Lei municipal antecipou a data de recolhimento da taxa de coleta de lixo do dia dez para o dia sete do mês seguinte ao do fato gerador.

Nessa situação, segundo o entendimento do STF, a referida lei municipal

- A não se sujeitará nem ao princípio da anterioridade anual nem ao da anterioridade nonagesimal.
- B sujeitar-se-á ao princípio da anterioridade anual.
- C sujeitar-se-á ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- D não se sujeitará ao princípio da anterioridade anual, mas sujeitar-se-á ao da anterioridade nonagesimal.

**QUESTÃO 50**

A respeito da obrigação tributária, assinale a opção correta conforme o que dispõe o CTN.

- A A obrigação principal e sua obrigação acessória devem decorrer de um mesmo fato gerador.
- B Obrigação principal pode ter por objeto o pagamento de penalidade tributária.
- C A obrigação principal é considerada obrigação tributária, ao passo que as obrigações acessórias são consideradas obrigações de natureza não tributária.
- D Obrigação acessória não se converte em obrigação principal.

**QUESTÃO 51**

João, prestador de serviços, trabalha como MEI na forma da Lei Complementar n.º 123/2006 (SIMPLES Nacional). Nessa qualidade, com o propósito de recolher menos tributo, ele informou à RFB ter recebido, no exercício de 2016, a receita bruta de R\$ 50.000, mas a RFB constatou que sua receita bruta real nesse exercício havia sido de R\$ 120.000. Ante a existência de provas suficientes desses fatos, a conduta de João foi tipificada como dolosa.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.137/1990, que dispõe sobre crimes contra a ordem tributária.

- A A conduta de João poderá ser tipificada como crime contra a ordem tributária somente após o lançamento definitivo do tributo em exame.
- B Sabe-se que a falsa declaração de dados de interesse tributário é crime formal cuja tipificação independe do lançamento tributário. Nesse caso, somente se João tivesse retificado as informações antes do início da diligência fiscal o crime seria afastado.
- C Eventual exclusão de João do SIMPLES Nacional somente produziria efeitos tributários no exercício seguinte, ou seja, em 2017. Não tendo havido redução do tributo devido, não se pode falar em crime contra a ordem tributária.
- D Sabe-se que o MEI enquadrado no SIMPLES Nacional paga o seu tributo em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês. Por isso, se João tivesse efetuado a retificação das informações após o lançamento definitivo do tributo, não haveria crime tributário.

**QUESTÃO 52**

A legislação que instituiu determinada taxa atribuiu ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem qualquer exame prévio por parte do órgão da fazenda pública competente pela respectiva arrecadação. A mesma lei prevê que o lançamento do tributo ocorrerá em momento posterior ao pagamento, por meio de ato administrativo com o qual a autoridade tributária, tomando conhecimento da declaração prestada pelo contribuinte quanto à atividade exercida, confirmará ou não o montante do tributo devido. Nesse caso, estando o pagamento correto, a autoridade tributária reconhecerá de ofício a extinção do respectivo crédito tributário.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CTN, a modalidade de lançamento tributário prevista pela referida lei consiste em lançamento

- A direto.
- B por homologação.
- C de ofício.
- D por declaração.

**QUESTÃO 53**

De acordo com dispositivos da Lei n.º 6.830/1980 pertinentes à execução fiscal, julgue os itens a seguir.

- I A inscrição em dívida ativa feita pelo órgão competente suspenderá a prescrição por cento e oitenta dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- II Mesmo após a apresentação dos embargos do executado, o juiz pode deferir-lhe pedido para substituir a penhora de veículos por seguro garantia.
- III A cobrança de dívida não tributária que tenha sido inscrita em dívida ativa por autarquia estadual não se pode dar por meio do rito da execução fiscal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 54**

Um imóvel localizado na área urbana de determinado município é utilizado por seu proprietário comprovadamente para o exercício exclusivo de atividades agrícola e pecuária.

Nessa situação hipotética,

- A é cabível apenas a cobrança do ITR, por expressa previsão legal, uma vez que o imóvel é utilizado em exploração agrícola e pecuária.
- B o IPTU e o ITR serão tributos devidos e cobrados cumulativamente, pois se referem a dois fatos geradores distintos: o IPTU será devido em razão da propriedade urbana; o ITR será devido pelo uso de imóvel em atividades agrícola e pecuária.
- C embora sejam devidos, os dois tributos não poderão ser cobrados cumulativamente, pois ambos incidem sobre o mesmo bem, devendo ser aplicado o princípio da não cumulatividade: o contribuinte terá o direito de descontar do valor do IPTU devido o montante que for eventualmente pago a título de ITR.
- D somente será cabível a cobrança do IPTU, uma vez que o critério aplicado pelo CTN é o da localização do imóvel, sendo irrelevante a destinação dada por seu proprietário.

**QUESTÃO 55**

A imunidade tributária assegurada às instituições de educação sem fins lucrativos garante imunidade apenas para os

- A impostos, não vedando a instituição de outras modalidades de tributos.
- B tributos que incidam sobre sua renda e seu patrimônio, não afastando a cobrança de tributos que incidam sobre os serviços por elas prestados.
- C impostos e contribuições sociais, não impedindo a cobrança de taxas, empréstimos compulsórios e contribuições de melhoria.
- D tributos de competência da União, não prevendo a não incidência de tributos que sejam de competência dos estados, dos municípios ou do DF.

**QUESTÃO 56**

Em matéria tributária, uma lei ordinária pode dispor sobre

- A isenção restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições peculiares a essa região.
- B conflitos de competência entre a União, os estados, o DF e os municípios.
- C normas gerais relativas à prescrição e à decadência.
- D instituição de empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****QUESTÃO 57**

Segundo o ECA, “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.” Nesse sentido, entende-se por

- I castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente e que lhes cause sofrimento físico ou lesão.
- II tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que lhes humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.
- III tratamento cruel ou degradante a alienação parental praticada por um dos genitores, por ser uma forma de humilhar a criança ou o adolescente.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 58**

Com relação ao conselho tutelar, julgue os itens a seguir.

- I É órgão permanente e vinculado ao Poder Judiciário, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- II As suas atribuições incluem requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente quando necessário.
- III O processo de escolha dos membros que compõem o conselho ocorre a cada quatro anos; a posse dos novos conselheiros ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 59**

De acordo com o ECA, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, a concessão da remissão como forma de exclusão do processo compete

- A** à autoridade policial.
- B** à autoridade judiciária.
- C** ao MP.
- D** ao conselho tutelar.

**QUESTÃO 60**

De acordo com os princípios orientadores do direito da criança e do adolescente, em favor deles deve ser dada primazia em todas as esferas de interesse, seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar. Tal tratamento não comporta questionamentos ou ponderações, pois foi essa a escolha nacional por meio do legislador constituinte. De acordo com a doutrina, tal primazia corresponde ao princípio

- A** da municipalização.
- B** da prevenção especial.
- C** da prioridade absoluta.
- D** do interesse superior da criança e do adolescente.

**QUESTÃO 61**

Com base na legislação relativa às crianças e aos adolescentes, julgue os itens que se seguem.

- I** A criança e o adolescente têm o direito de ser criados em suas famílias naturais, embora, em determinados momentos, possa ser necessária sua colocação em família substituta.
- II** A guarda pressupõe a obrigação da prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, e o seu detentor poderá opor-se a terceiros, destes excetuados os pais da criança ou do adolescente.
- III** A tutela pressupõe a prévia perda do poder familiar, mas nem sempre implicará o dever de guarda.
- IV** Além de ser orientada pelo princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente, a adoção deverá representar real vantagem para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.

**QUESTÃO 62**

De acordo com as disposições do ECA, cometerá infração administrativa

- I** o médico que não comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, que envolvam suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- II** a autoridade competente que, sem justa causa, deixar de ordenar a imediata liberação da criança ou do adolescente, logo que tenha conhecimento da ilegalidade de sua apreensão.
- III** aquele que, tendo o dever de autoridade, de guarda ou de vigilância sobre criança ou adolescente, o submetta a vexame ou constrangimento.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

**DIREITO DO CONSUMIDOR****QUESTÃO 63**

Antônio adquiriu um televisor em um estabelecimento comercial e entrou em contato com a assistência técnica para instalação. Contudo, o técnico, ao concluir de modo correto o procedimento de instalação do aparelho, constatou que este não emitia som.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil prevista no CDC está fundada no

- A** vício do serviço.
- B** fato do produto.
- C** fato do serviço.
- D** vício do produto.

**QUESTÃO 64**

Pedro entregou seu veículo para ser lavado e polido em um estabelecimento especializado. Ao retornar, ele constatou riscos na pintura do veículo e reclamou formalmente ao fornecedor do serviço.

Essa situação hipotética mostra um caso de

- A** vício de fácil constatação, no qual a reclamação formulada por Pedro obteve a prescrição.
- B** vício de fácil constatação, no qual a reclamação formulada por Pedro obteve a decadência.
- C** vício oculto, no qual o direito de reclamar estará sujeito a prazo decadencial.
- D** vício de fácil constatação, no qual o direito de reclamar estará sujeito a prazo prescricional.

**QUESTÃO 65**

À luz da jurisprudência do STJ e do entendimento doutrinário a respeito do tema, assinale a opção correta acerca das práticas comerciais.

- A O fornecedor é subsidiariamente responsável pelos atos praticados por seus prepostos.
- B A publicidade enganosa é aquela que ofende direitos básicos da sociedade, ainda que possa ser totalmente verdadeira.
- C A cobrança de tarifa básica pelo serviço de telefonia fixa configura a prática da venda casada.
- D O princípio da vinculação da oferta faz surgir uma obrigação pré-contratual do fornecedor do produto ou serviço.

**QUESTÃO 66**

Acerca dos bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a opção correta à luz do entendimento doutrinário a respeito do tema e da jurisprudência do STJ.

- A Embora restrinjam a privacidade dos consumidores, os bancos de dados de proteção ao crédito estão em conformidade com a ordem constitucional.
- B Os cadastros de consumidores são constituídos por informações repassadas pelos fornecedores, as quais têm como destino final o mercado.
- C A conduta do fornecedor de não comunicar ao consumidor da inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito caracteriza dano moral, ainda que exista regular inscrição pretérita.
- D As instituições financeiras responderão subjetivamente pelos danos que forem perpetrados por fraudadores contra seus clientes.

**QUESTÃO 67**

O MP constatou a existência de publicidade enganosa na comercialização de produtos eletrônicos por determinado estabelecimento empresarial e, com base em periódicos que divulgaram a informação, pretende oferecer denúncia.

Nessa situação hipotética,

- A as pessoas objeto da denúncia deverão ser identificadas, bem como terá de ser demonstrado o vínculo delas com a criação, elaboração ou divulgação da publicidade enganosa.
- B oferecida a denúncia, no eventual processo penal dela decorrente não serão admitidos assistentes do MP.
- C a peça acusatória não poderá ser oferecida contra pessoa natural desvinculada da pessoa jurídica.
- D todos os eventuais sócios responderão penalmente pelo ato praticado em nome do estabelecimento empresarial.

**QUESTÃO 68**

O MP ajuizou ação coletiva contra determinada instituição de ensino, sob o argumento de que houve reajuste abusivo nas mensalidades para todos os alunos.

Essa situação hipotética retrata uma violação a direito

- A coletivo.
- B individual.
- C individual homogêneo.
- D difuso.

**DIREITO ELEITORAL****QUESTÃO 69**

O princípio constitucional da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral

- A não abrange resoluções do TSE que tenham caráter regulamentar.
- B não repercute sobre decisões do TSE em casos concretos decididos durante o processo eleitoral e que venham a alterar a jurisprudência consolidada.
- C estabelece período de *vacatio legis* para a entrada em vigor das leis eleitorais.
- D tem aplicabilidade imediata e eficácia contida conforme a data do processo eleitoral.

**QUESTÃO 70**

O MP eleitoral

- A atua em todas as fases do processo eleitoral com observância dos princípios da federalização, da delegação e da excepcionalidade.
- B tem atribuição de oficiar à justiça eleitoral — juízes e juntas eleitorais — por intermédio de membros do MPF.
- C tem legitimidade para recorrer de decisão que julgue o pedido de registro de candidatura, mesmo que não tenha apresentado impugnação anterior.
- D não tem legitimidade para prosseguir com a ação de impugnação de mandato eleitoral quando a parte autora apresenta pedido de desistência da ação.

**QUESTÃO 71**

A suspensão de direitos políticos

- A decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessará com o cumprimento da pena, sendo indispensável a prova de reparação dos danos, se for o caso.
- B não ocorre em relação ao beneficiado pela suspensão condicional do processo.
- C não é penalidade prevista para aquele que se recusa a prestar serviço no júri popular e a cumprir o serviço alternativo, mesmo que a recusa deva-se a escusa de consciência.
- D decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessará quando a pena privativa de liberdade for substituída por restritiva de direitos.

**QUESTÃO 72**

O crime eleitoral

- A é de ação penal pública incondicionada, cabendo ação penal privada subsidiária da pública no caso de inércia do MP.
- B caracteriza-se como crime de responsabilidade ou crime comum, conforme o autor da infração esteja ou não exercendo mandato eletivo.
- C pode dar causa a persecução penal contra pessoa jurídica.
- D praticado por juiz de TRE será julgado originariamente pelo TSE.

**QUESTÃO 73**

A respeito de partidos políticos, assinale a opção correta.

- A** Os partidos políticos podem utilizar os recursos do fundo partidário para pagar multas eleitorais decorrentes de infração à Lei das Eleições.
- B** Os partidos políticos não são obrigados a cumprir exigências licitatórias para contratar e realizar despesas com recursos do fundo partidário.
- C** O partido político adquire personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no TSE.
- D** As contas partidárias que forem desaprovadas não poderão receber novas cotas do fundo partidário até que sejam regularizadas.

**QUESTÃO 74**

A ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura

- A** deverá ser proposta no prazo de cinco dias, contados a partir da publicação do pedido de registro do candidato, sendo mantida a prerrogativa do MP à intimação pessoal.
- B** perderá o objeto se não for julgada até a diplomação do candidato eleito.
- C** gera litisconsórcio passivo necessário entre o pré-candidato e o partido pelo qual este pretende concorrer.
- D** será ajuizada no TRE quando a impugnação se referir a candidatura de deputado federal.

**DIREITO AMBIENTAL****QUESTÃO 75**

Com relação ao EIV, previsto na Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), julgue os itens a seguir.

- I A definição dos empreendimentos e das atividades para cuja construção, ampliação e funcionamento deverá ser elaborado EIV é de competência municipal, seja em área urbana ou rural.
- II O EIV deve contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade para a qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades.
- III O EIV inclui a análise do uso e da ocupação do solo, bem como da geração de tráfego e da demanda por transporte público.
- IV Realizado o EIV, dispensam-se a elaboração e a aprovação de EIA.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.

**QUESTÃO 76**

O possuidor de um imóvel rural instituiu servidão ambiental perpétua, gratuitamente, por instrumento particular, limitando o uso de parte da propriedade, com o objetivo de conservar recursos ambientais existentes.

Na situação apresentada, a servidão instituída consiste em instrumento

- A** técnico da PNAMA, mas deveria ter sido instituída pelo prazo determinado de, no mínimo, quinze anos.
- B** econômico da PNAMA e não se aplica à área de preservação permanente nem à reserva legal mínima exigida.
- C** técnico da PNAMA, mas deveria ter sido instituída pelo proprietário do imóvel.
- D** econômico da PNAMA e não poderia ter sido instituída por instrumento particular.

**QUESTÃO 77**

Em um sábado, Pedro, maior e capaz, com baixo grau de instrução, pichou monumento urbano, sem autorização.

Nessa situação hipotética,

- A** a ação penal será pública condicionada se o monumento pichado for de propriedade particular.
- B** a pena a que Pedro está sujeito é de detenção inferior a dois anos, mesmo que o monumento pichado seja tombado pelo patrimônio histórico.
- C** o baixo grau de instrução de Pedro é irrelevante para a estipulação da pena.
- D** a pena a que Pedro está sujeito deverá ser agravada por ter sido o crime cometido em um sábado.

**QUESTÃO 78**

Em 2008, o governo de determinado estado da Federação criou, por lei, uma estação ecológica e, por decreto, uma reserva biológica. Em ambos os casos, os estudos técnicos foram previamente realizados, mas não houve consulta pública. Anos depois, por lei específica, o governo reduziu os limites das unidades criadas.

Considerando essa situação, assinale a opção correta.

- A** Tanto a criação quanto a redução dos limites da reserva biológica poderiam ter sido feitas por decreto.
- B** Para a criação de ambas as unidades, os estudos técnicos eram, de fato, necessários.
- C** Tanto a criação quanto a redução dos limites da estação ecológica poderiam ter sido feitas por decreto.
- D** Para a criação de ambas as unidades, a consulta pública era indispensável.

**QUESTÃO 79**

Para a realização de determinada atividade econômica, a pessoa física interessada solicitou ao órgão estadual ambiental competente a licença necessária. Entretanto, por ser a atividade econômica considerada potencialmente causadora de degradação ao meio ambiente, o referido ente público informou ao interessado da necessidade do prévio estudo de impacto ambiental.

Na situação apresentada, a realização do referido estudo consagra a aplicação do princípio ambiental

- A do usuário-pagador.
- B da precaução.
- C da prevenção.
- D do poluidor-pagador.

**QUESTÃO 80**

A prática da aquicultura em lagoa natural, bem como a instalação da infraestrutura física associada no entorno da lagoa e em faixa com largura mínima de cem metros, será admitida desde que

- A seja a supressão de vegetação nativa autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme os módulos fiscais do imóvel.
- B esteja em conformidade com os planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos, independentemente dos módulos fiscais do imóvel.
- C seja realizado o licenciamento por órgão ambiental competente, conforme os módulos fiscais do imóvel.
- D esteja o imóvel inscrito no cadastro ambiental rural, independentemente dos módulos fiscais do imóvel.

**DIREITO AGRÁRIO****QUESTÃO 81**

A Lei de Terras de 1850 — Lei n.º 601/1850 — foi uma das primeiras leis a tratar da questão das terras devolutas no Brasil, isto é, das terras a que o poder público não deu nenhuma destinação especial. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A São disponíveis as terras devolutas mesmo que necessárias à proteção de ecossistemas naturais.
- B Para a alienação de terras públicas com área superior a 2.500 hectares, é suficiente a prévia aprovação do Senado Federal.
- C A destinação de terras devolutas independe de compatibilidade com a política agrícola e com o Plano Nacional da Reforma Agrária.
- D Para a alienação ou a concessão de terras públicas para fins de reforma agrária, é desnecessária a aprovação do Congresso Nacional.

**QUESTÃO 82**

A questão agrária é uma importante fonte de estudo das complexas relações socioeconômicas da sociedade brasileira. Nesse sentido, visando preservar a finalidade econômica e a destinação social da propriedade, o Estatuto da Terra — Lei n.º 4.504/1964 — traz diversas exigências a respeito da propriedade rural. Acerca da questão da propriedade rural, assinale a opção correta.

- A É vedado que o imóvel rural seja dividido em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.
- B Um dos herdeiros de terra herdada poderá decidir explorá-la, mas, nesse caso, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária não concederá financiamento para a indenização dos demais herdeiros.
- C No caso de partilhas amigáveis, fica a critério das partes a definição das dimensões da propriedade rural, independentemente de vinculação ao módulo de propriedade rural.
- D Nos casos de sucessão *causa mortis*, poderá haver, excepcionalmente, a divisão do imóvel rural em áreas inferiores às dimensões do módulo de propriedade rural.

**QUESTÃO 83**

Segundo a CF, a propriedade rural deve cumprir a denominada função social. Para o cumprimento dessa função, a CF prevê o cumprimento de determinadas exigências, como a

- A priorização da propriedade coletiva.
- B limitação de dimensão equivalente ao módulo rural.
- C exploração que favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores.
- D manutenção da propriedade sem nenhum controle estatal.

**QUESTÃO 84**

A tributação sobre a propriedade rural, fundamental para o desenvolvimento agrário, tem como espécie o ITR, tributo de competência da União. A respeito das características desse imposto, assinale a opção correta.

- A É um imposto progressivo: quanto mais alto for o valor do objeto que recebe o gravame tributário, maior será a alíquota e, portanto, o ônus imputado ao contribuinte.
- B O contribuinte do imposto é o real proprietário do imóvel rural; aquele que for apenas possuidor não será considerado contribuinte do imposto.
- C É classificado como um imposto proporcional, ou seja, a alíquota é constante e o resultado aumenta à medida que aumenta o valor do bem sobre o qual ele incide.
- D O município poderá optar por fiscalizá-lo e cobrá-lo e, até mesmo, reduzi-lo de forma discricionária, conforme a política agrária local.

**DIREITO EMPRESARIAL****QUESTÃO 85**

A respeito da sociedade empresarial cujo contrato social não tenha ainda sido inscrito no órgão próprio, assinale a opção correta conforme a legislação pertinente.

- A** Bens particulares do sócio que não tiver contratado em nome da sociedade só poderão ser executados por dívidas da sociedade depois de executados os bens sociais.
- B** A situação em apreço é aplicável a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, razão por que os patrimônios pessoais dos sócios poderão ser alcançados por dívidas da sociedade.
- C** Os bens e as dívidas sociais não constituem patrimônio especial, pois não há de se cogitar de patrimônio em comum dos sócios.
- D** Devido ao fato de ainda não estar inscrito no órgão próprio, o referido contrato não será considerado válido como prova de existência da sociedade.

**QUESTÃO 86**

- I Tendo aberto uma conta-corrente no banco comercial X e nela depositado R\$ 10.000, determinado consumidor recebeu talão de cheques e cartão de débito para movimentá-la.
- II Também no banco comercial X, uma sociedade empresária, para expandir suas atividades, tomou empréstimo a ser quitado em vinte parcelas, com a incidência de juros.

Tendo como referência os dois contratos celebrados nas situações hipotéticas anteriormente apresentadas, assinale a opção correta.

- A** Em ambas situações, os contratos referem-se a operações bancárias típicas: passiva, na abertura da conta-corrente, e ativa, no empréstimo da sociedade empresária, ambas tributadas por imposto federal.
- B** Na situação I, o banco comercial é detentor da custódia dos R\$ 10.000 e deverá restituí-los quando solicitado pelo correntista.
- C** Na situação II, se o contrato for silente, a sociedade empresária poderá antecipar o pagamento das parcelas referentes ao empréstimo tomado e obter redução proporcional de juros.
- D** No mútuo bancário, os juros ficarão limitados à taxa SELIC para negociação dos títulos da dívida pública federal.

**QUESTÃO 87**

Foi decretada a falência de determinada sociedade limitada. No curso do processo, o MP foi intimado e se manifestou nos autos. A falida insurgiu-se contra a intimação do MP e sua posterior manifestação, argumentando ser incabível a primeira e nula a segunda.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei n.º 11.101/2005 e a jurisprudência do STJ,

- A** se, intimado da decretação da falência, o MP não se manifestasse, tornar-se-ia dispensável a sua intimação para atos posteriores.
- B** havendo determinação para a alienação de bens do ativo, a intimação pessoal do MP será obrigatória.
- C** se fosse considerada incabível a intimação, a manifestação do MP poderia anular o processo falimentar ou as ações conexas, independentemente da demonstração de prejuízo.
- D** não se pode falar em nulidade: o MP é intimado como *custos legis* para todos os atos do processo falimentar e ações conexas e se manifesta caso haja interesse público.

**LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE****QUESTÃO 88**

O bem de propriedade particular tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá

- A** sair do país se houver transferência de domínio.
- B** sair do país, por prazo indeterminado, desde que autorizado.
- C** ser alienado, cabendo ao adquirente fazê-lo constar do devido registro.
- D** ser reparado ou restaurado sem prévia autorização do órgão competente.

**QUESTÃO 89**

Se a defensoria pública propuser ação judicial destinada à proteção de interesses coletivos de pessoas com deficiência, o MP terá a

- A** faculdade de recorrer das sentenças e decisões contra o autor da ação, mesmo se não atuar como litisconsorte ativo.
- B** obrigação de assumir a titularidade da ação, se o autor da ação abandoná-la ou dela desistir.
- C** faculdade de intervir na ação, cuja sentença terá eficácia de coisa julgada *erga omnes*, salvo se for julgada improcedente por deficiência de provas.
- D** obrigação de intervir na ação, cuja sentença terá eficácia de coisa julgada *erga omnes*, se for julgada improcedente por deficiência de provas.

**QUESTÃO 90**

João, servidor público estadual, no exercício da função e em razão de preconceito de cor, raça e religião, impediu o ingresso de um aluno no estabelecimento de ensino público onde era lotado. Lúcio, dono de um estabelecimento comercial, se negou, por motivos semelhantes ao de João, a atender determinado cliente. Com base na lei sobre crimes resultantes de preconceito de cor, raça e religião, João estará sujeito à perda do cargo, e o funcionamento do estabelecimento de Lúcio poderá ser suspenso por prazo não superior a três meses.

Nessas situações hipotéticas, os efeitos de eventuais condenações

- A** não serão automáticos para João, devendo ser motivadamente declarados na sentença, mas serão automáticos para Lúcio.
- B** serão automáticos tanto para João quanto para Lúcio, não havendo necessidade de serem motivadamente declarados nas sentenças.
- C** não serão automáticos nem para João nem para Lúcio, devendo ser motivadamente declarados nas sentenças.
- D** serão automáticos tanto para João quanto para Lúcio, devendo ser motivadamente declarados nas sentenças.



**QUESTÃO 91**

Determinada pessoa física apresentou proposta para registro de manifestação musical no livro de registro de forma de expressão, e determinada associação civil, constituída havia seis meses, apresentou proposta para registro de uma praça no livro de registro de lugares. As propostas foram dirigidas ao presidente do IPHAN.

Com base no que determina o Decreto n.º 3.551/2000, nas situações apresentadas, o presidente do IPHAN deverá

- A indeferir as duas propostas de registro, por terem sido apresentadas por partes ilegítimas.
- B submeter somente a proposta de registro proveniente da associação civil — parte legítima — ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.
- C encaminhar as duas propostas ao ministro de estado da Cultura, autoridade responsável para instruir e deliberar sobre elas.
- D submeter somente a proposta de registro proveniente da pessoa física — parte legítima — ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

**QUESTÃO 92**

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, o estudo da história geral da África e da história da população negra do Brasil é obrigatório nos estabelecimentos de ensino

- A infantil e fundamental.
- B fundamental e médio.
- C médio, apenas.
- D infantil, fundamental e médio.

**QUESTÃO 93**

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial dispõe que os Estados-partes se comprometam a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei, prevendo expressamente os seguintes direitos, entre outros:

- A direito à habitação, direito à formação profissional e direito a emprego que garanta o sustento da família.
- B direito de casar-se e escolher o cônjuge e direito ao acesso a todo tipo de transporte público.
- C direito ao lazer, direito à habitação e direito de casar-se e escolher o cônjuge.
- D direito de casar-se e escolher o cônjuge, direito à habitação e direito à formação profissional.

**LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO****QUESTÃO 94**

Um empresário individual vinha praticando atos potencialmente causadores de danos ao meio ambiente. Em razão disso, determinada associação, constituída havia mais de um ano e entre cujas finalidades institucionais constava a proteção do meio ambiente, celebrou com o referido empresário termo de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 7.347/1985, o referido termo de ajustamento de conduta

- A deveria ter sido celebrado junto a órgão público legitimado.
- B é válido e terá eficácia de título executivo judicial.
- C é válido e terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- D deveria ter sido celebrado junto ao MP.

**QUESTÃO 95**

Dois promotores de justiça substitutos do estado de Roraima tomaram posse em julho de 2016 e, em maio de 2017, requereram licença: um para aperfeiçoamento jurídico, por quinze dias, e o outro para tratar de interesses particulares, por um ano.

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima,

- A nenhuma das duas licenças poderá ser concedida.
- B ambas as licenças poderão ser concedidas.
- C somente a licença para tratar de interesse particular poderá ser concedida.
- D somente a licença para aperfeiçoamento jurídico poderá ser concedida.

**QUESTÃO 96**

Se, no curso de uma investigação policial, o delegado de polícia civil responsável constatar indício da prática de infração penal por membro do MP, ele deverá

- A solicitar ao procurador-geral de justiça autorização para prosseguir com as investigações.
- B encaminhar os autos ao procurador-geral de justiça, que prosseguirá com as investigações.
- C encaminhar os autos à Corregedoria Geral do Ministério Público, que decidirá a respeito.
- D encaminhar os autos ao juiz competente, que decidirá a respeito.

**LÍNGUA PORTUGUESA****Texto 1A16AAA**

1 Para muitos, o surgimento da civilização decorreu da  
renúncia social ao uso da força física como forma de reparar  
injustiças. Fazer justiça com as próprias mãos passou a ser  
4 considerado, assim, um ato de barbaridade.

O sentimento de justiça, muito arraigado no ser humano, aparece em diversas espécies animais, tendo origens  
7 antigas na escala evolutiva: de ratos a gorilas, punir infrações parece ser útil há muitas eras. Deslealdade e desobediência, por exemplo, despertam no ser humano o senso de certo e errado  
10 e despertam automaticamente desejos de vingança ou de reparação. Para conviver em sociedade, é necessário, entretanto, conter tais impulsos, franqueando-se ao Estado a  
13 efetivação da justiça.

Quando as pessoas reservam-se o direito de usar a força física, sob a argumentação de que estão fazendo justiça,  
16 transmitem a mensagem de que não creem mais no pacto social. Alegando a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por isso,  
19 resolvem agir por si mesmas. Produz-se, assim, um círculo vicioso no qual as pessoas sentem-se injustiçadas, não creem na ação do Estado e, por isso, rompem o pacto social, o que  
22 gera mais injustiça.

**QUESTÃO 97**

Conclui-se das ideias expressas no texto 1A16AAA que a atuação do Estado na reparação de injustiças é

- A** desnecessária, já que o cidadão garante a justiça pelo emprego da força física quando a ação estatal não é efetiva.
- B** necessária, porque o uso da força pelo cidadão redundaria em mais injustiça.
- C** desnecessária, já que, a exemplo de diversas espécies animais, o ser humano é capaz de definir as condutas sociais passíveis de punição.
- D** necessária, pois, anteriormente à constituição do Estado, os agrupamentos humanos eram caracterizados por uma situação de barbárie social.

**QUESTÃO 98**

Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto 1A16AAA, o vocábulo “entretanto” (l.12) poderia ser substituído por

- A** ainda.
- B** mas.
- C** sobretudo.
- D** todavia.

**QUESTÃO 99**

De acordo com o último parágrafo do texto 1A16AAA,

- A** o direito de utilizar força física para reparar injustiças restringe-se ao Estado.
- B** o poder de utilizar a força física para garantir a efetivação da justiça é atribuído ao Estado pelo pacto social.
- C** os cidadãos conferem ao Estado direito de preferência para atuar na reparação de injustiças e na manutenção do pacto social.
- D** o sentimento de falta de ação estatal resulta no uso da força física e no rompimento do pacto social, o que agrava a injustiça.

**QUESTÃO 100**

Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém o sentido original e a correção gramatical do período “Alegando a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por isso, resolvem agir por si mesmas.” (l. 17 a 19).

- A** Devido ao fato delas alegarem a falta de ação efetiva do Estado, afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, por fim, resolvem agir por si.
- B** Com base na alegação de que falta ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, portanto, resolvem agir por conta própria.
- C** À medida em que alegam a falta de ação efetiva do Estado, elas afirmam que seu senso de justiça está insatisfeito e, assim, resolvem agir por si.
- D** Apesar de elas alegarem de que há falta de ação efetiva do Estado, afirmam que seu senso de justiça não está satisfeito e, logo resolvem agir por si próprias.

Espaço livre